

EDITAL – CONCORRÊNCIA SESC EM MINAS Nº 0026/2022

A **COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO – SESC** – Departamento Regional Minas Gerais, comunica aos interessados que realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA** pelo regime de **EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO**, regida pelo Regulamento de Licitações e Contratos, consolidado pela Resolução do Conselho Nacional do Sesc de nº 1252/2012, conforme especificações contidas nesse Edital e Anexos.

1. DISPOSIÇÕES INICIAIS

- 1.1. Tipo de licitação: Menor Preço
- 1.2. Critério de julgamento: Menor preço global
- 1.3. Processo de referência: nº 006001-00234
- 1.4. Horário, data e local da entrega dos envelopes e sessão: às 09:00 do dia 12/01/2023, na Comissão Especial de Licitação, localizada na Rua Tupinambás, nº 956, Centro, Belo Horizonte/MG, CEP 30120-906.
- 1.5. Todos os documentos e informações referentes a esta licitação serão disponibilizados no *site* www.sescmg.com.br.
- 1.6. Não se aplica à presente licitação as disposições contidas na Lei Complementar 123/2006.

2. OBJETO

2.1. Constitui objeto da presente licitação, a contratação de empresa para execução de obra de reforma do quiosque bar unidade Sesc Contagem, objetivando a adaptação dos revestimentos e estruturas, para adequação da área às normas da vigilância sanitária e Precend do município, conforme especificações constantes nos seguintes Anexos, partes integrantes deste Edital:

- **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA, CADERNO DE ESPECIFICAÇÕES, CADERNO DE PLANEJAMENTO**
- **ANEXO II – ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA**
- **ANEXO III – BDI**

- **ANEXO IV – PROJETOS**
- **ANEXO V – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO E BDI**
- **ANEXO VI – MANUAL SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO**
- **ANEXO VII - MODELO DE CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA PARA GARANTIA DA EXECUÇÃO CONTRATUAL**
- **ANEXO VIII - MINUTA CONTRATUAL**

3. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar da presente licitação, os interessados que estejam aptos ao objeto do presente Edital, e em condições de atender a todas as exigências deste Edital e Anexos.

3.2. Não poderá participar da licitação a empresa:

3.2.1. Que esteja suspensa de licitar ou contratar com o Sesc em Minas, enquanto perdurar a suspensão.

3.2.2. Que se encontrem em situação de falência, concurso de credores, dissolução e liquidação.

3.2.3. Que esteja reunida em consórcio e/ou seja controladora, coligada ou subsidiária de qualquer outra empresa participante desta licitação.

3.2.4. Cuja gestão seja desenvolvida por menor, exceto se este for apenas sócio sem a atribuição de gestor, cujas cotas estejam integralizadas.

3.2.5. Cooperativa nos termos da Súmula nº 281 de 11 de julho de 2012 do Tribunal de Contas da União.

3.2.6. Pessoa física ou jurídica que tenha participação na autoria/elaboração do projeto básico ou executivo.

3.2.7. Que seja estrangeira sem decreto de autorização e registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

3.3. É vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de uma licitante na presente licitação.

3.4. A licitante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta e documentação de habilitação, independente do resultado do procedimento licitatório.

3.5. A participação no certame implica aceitar todas as condições estabelecidas neste Edital e Anexos.

4. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS OU IMPUGNAÇÕES

4.1. Quaisquer pedidos de esclarecimentos ou impugnações relativos ao presente Edital e Anexos, deverão ser devidamente identificados (Nome empresarial, CNPJ, telefone, e-mail) e protocolados na Comissão Especial de Licitação do Sesc em Minas, localizada Rua dos Tupinambás, nº 956, Centro, Belo Horizonte/MG, CEP 30.120-906 ou encaminhados por e-mail (cplicitacao@sescmg.com.br), até 05 (cinco) dias úteis antes da abertura da Sessão de Licitação, no horário limite das 17h00, observando-se os prazos e condições aqui previstos.

4.1.1. O prazo para apresentação de esclarecimentos ou impugnações se encerra às 17:00 do dia 04/01/2023.

4.2. Não serão atendidas solicitações verbais ou por telefone.

4.3. A Comissão Especial de Licitação não se responsabilizará por e-mail que, por qualquer motivo, não for recebido, bem como correspondências que não forem recebidas dentro do prazo.

4.4. Os esclarecimentos e impugnações serão respondidos antes da data e horário de abertura da sessão e divulgados no *site* do Sesc em Minas.

4.5. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e julgamento das impugnações serão publicadas no *site* do Sesc em Minas e integram o Edital e Anexos.

4.6. O prazo inicialmente estabelecido de abertura da Sessão será alterado se a(s) decisão(ões) do(s) esclarecimento(s) e impugnação(ões) afetar(arem) a formulação das propostas e da habilitação.

4.7. Decairá do direito de impugnar os termos do Edital, a licitante que não se manifestar no prazo estipulado. A impugnação e/ou pedido de esclarecimento apresentada à Comissão Especial de Licitação, após o prazo estipulado, será recebida como mera informação.

5. CREDENCIAMENTO

5.1. Cada empresa poderá nomear um representante para participar das fases desta licitação, que será o único admitido a intervir nas etapas deste procedimento licitatório, respondendo assim, para todos os efeitos, por sua representada.

5.2. Esse representante deverá estar munido de documento de identidade (original e cópia), ato constitutivo consolidado ou acompanhado da última alteração (cópia simples) e prova de sua representação (carta de representação, procuração ou outro documento formal, original ou cópia simples, assinado pelo representante da empresa com poderes para tanto), que o autorize a participar da licitação.

5.3. Caso o representante da empresa seja sócio, o mesmo deverá estar munido de cópia do ato constitutivo e documento de identidade (original e cópia), desde que tenha poderes para tal representação.

5.4. Os documentos de credenciamento poderão constar no envelope de proposta ou ser entregues separadamente.

6. RECEBIMENTO DOS ENVELOPES (PROPOSTA E HABILITAÇÃO)

6.1. FORMA DE APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES: a proposta e a documentação de habilitação deverão ser apresentadas, separadamente, **EM ENVELOPES LACRADOS**, contendo na face externa as seguintes informações devidamente preenchidas:

<u>ENVELOPE 01 – PROPOSTA</u>	<u>ENVELOPE 02 – HABILITAÇÃO</u>
<ul style="list-style-type: none">• Concorrência nº 0026/2022 Sesc em Minas• Nome empresarial e CNPJ• Telefone• E-mail	<ul style="list-style-type: none">• Concorrência nº0026/2022 Sesc em Minas• Nome empresarial e CNPJ• Telefone• E-mail

6.2. Não serão considerados documentos ou propostas enviadas via fax ou correio eletrônico.

6.3. Os envelopes de proposta e habilitação poderão ser entregues até a data e hora designadas para a sessão.

6.4. O Sesc em Minas não se responsabilizará pelo extravio de qualquer envelope encaminhado ou pelo atraso na entrega das correspondências.

7. PROPOSTA – ENVELOPE 01

7.1. A Proposta deverá ser apresentada digitada e numerada (preferencialmente), em papel timbrado ou identificada com o carimbo do CNPJ da licitante, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, sendo a última folha datada e assinada pelo responsável da empresa, constituindo o envelope nº 01 - **PROPOSTA**.

7.2. A proposta deverá conter obrigatoriamente:

7.2.1. O número desta Concorrência.

7.2.2. O nome empresarial completo e CNPJ da licitante, que serão os mesmos constantes da documentação apresentada e da Nota Fiscal a ser emitida, caso venha sagrar-se vencedora deste certame.

7.2.3. Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes neste Edital e Anexos.

7.2.4. O PREÇO UNITÁRIO E O PREÇO TOTAL ofertados, indicados em moeda corrente nacional, incluindo tributos, emolumentos, tarifas, contribuições trabalhistas e previdenciárias, fiscais, sociais, parafiscais e quaisquer outros custos e despesas que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto. O valor proposto não poderá ultrapassar duas casas decimais.

7.2.5. Planilha de custos e formação de preços devidamente preenchida, conforme modelo.

7.2.6. Prazo de validade da proposta não inferior a 90 (noventa) dias corridos, contados da data limite para a entrega dos envelopes.

7.2.7. As licitantes deverão apresentar a composição do BDI (Bônus de Despesa Indireta), detalhando todos os seus componentes, em valores nominais como também sob a forma percentual.

7.2.8. Os custos relativos à Administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha de custo e formação de preço.

7.2.9. A base de cálculo e alíquotas de tributos devem estar em conformidade com o estabelecido na legislação.

7.3. A proposta deverá atender fielmente a este Edital e Anexos.

7.4. Cada empresa participante deverá apresentar apenas uma proposta.

7.5. A elaboração da proposta é de inteira responsabilidade da licitante, não lhe cabendo a desistência após iniciada a sessão.

7.6. Serão desclassificadas as propostas:

7.6.1. Que não atenderem às exigências deste Edital e Anexos ou da legislação aplicável.

7.6.2. Omissas ou vagas, bem como as que apresentarem irregularidades ou defeitos capazes de impedir o julgamento.

7.6.3. Que impuserem condições, ressalvas, ofertas de vantagens em relação às condições estabelecidas neste Edital e Anexos ou proposta das demais licitantes.

7.6.4. Que contiverem preços unitários e/ou total superior ao limite estabelecido ou inexequíveis.

7.6.4.1. Os limites máximos de preços unitários e totais são os constantes no Anexo de Valor Estimado.

7.7. É facultado à Comissão Especial de Licitação do Sesc em Minas realizar diligências para sanar falhas formais da proposta.

7.8. A proposta poderá ser ajustada pela licitante, no prazo indicado pela Comissão, desde que não haja majoração do preço proposto.

8. HABILITAÇÃO – ENVELOPE 02

8.1. Para habilitar-se, a empresa deverá apresentar, em uma via, preferencialmente: organizada em caderno, com numeração em todas as folhas, em ordem numérica crescente e relacionadas em folha índice a seguinte documentação:

8.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.2.1. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social consolidado, devidamente registrado no órgão competente.

8.2.2. Ato de nomeação dos administradores ou eleição dos diretores, devidamente registrado no órgão competente.

8.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

8.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

8.3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuinte Estadual e/ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.3.3. Prova de regularidade para com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, na forma da Lei.

8.3.4. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND/INSS), no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

8.3.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF/FGTS), no cumprimento dos encargos instituídos por Lei.

8.3.6. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT).

8.3.7. A prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal poderá ser efetuada mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN, referente a todos os tributos federais e Dívida Ativa da União por elas administradas.

8.3.8. A prova de inexistência de débitos se fará mediante apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa.

8.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

8.4.1. Comprovar a boa situação financeira da empresa através da apresentação de balanço patrimonial, sendo necessária a comprovação que possui patrimônio líquido equivalente a, no mínimo, 10% (dez por cento) do valor de estimado para esta contratação.

8.4.1.1. Para a comprovação da boa situação financeira da empresa deverá ser apresentado balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

8.4.1.2. O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.

8.4.1.3. As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento.

8.4.1.4. As empresas que optarem pelo Registro Digital do Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis na Junta Comercial, deverá apresentar o Termo de Autenticação, contendo o número do protocolo e chave de segurança para devida validação.

8.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.5.1. Certidão de registro de pessoa jurídica no CREA, em nome da proponente, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação.

8.5.2. Certidão de registro de pessoa física no CREA atualizada, relativa ao(s) profissional(is) detentor(es) do(s) atestado(s) solicitado(s).

8.5.2.1. Atestado em nome do profissional, fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado distinta da proponente, devidamente registrados no CREA e/ou CAU, através de CAT, comprovando a execução:

- 1 Serviços de reforma com obra de alvenaria e assentamento de revestimento, serviços elétricos e hidráulicos

8.5.2.2. Não serão admitidos atestados de obras em andamento.

8.5.2.3. O atestado solicitado deve ser similar ao objeto/serviço a ser executado

8.5.2.4. O responsável técnico, detentor do atestado apresentado, deverá demonstrar vínculo com a proponente, mediante apresentação de ato constitutivo e/ou estatuto e/ou contrato social em vigor, e/ou ato de nomeação ou de eleição dos administradores, devidamente registrado no órgão competente; ou empregado, mediante apresentação do registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS ou Contrato de Trabalho ou através de declaração na qual o profissional autoriza a inclusão de seu nome para fim de participação na concorrência, sendo que esta declaração deverá ser assinada pelo respectivo profissional.

8.6. A Comissão Especial de Licitação do Sesc em Minas poderá solicitar a licitante a apresentação dos originais, para fins de verificação da autenticidade das cópias apresentadas.

8.7. É facultado a Comissão Especial de Licitação do Sesc em Minas realizar diligências para sanar falhas formais na documentação de habilitação.

8.8. O Sesc em Minas reserva-se no direito de efetuar diligências junto aos emitentes ou declarantes dos documentos com a finalidade de elucidação de dúvidas ou comprovação de sua autenticidade.

8.9. Quando do julgamento da habilitação, a Comissão Especial de Licitação poderá, mediante consulta via internet em sites oficiais que emitam certidões/documentos online, realizar diligência para corrigir/sanar vício de documentação apresentada, registrando sua ocorrência, reconhecendo-lhe os efeitos para fins de habilitação.

8.10. Serão inabilitadas as licitantes que apresentarem documentação em desconformidade com o solicitado neste Edital e Anexos.

8.11. A documentação de habilitação deverá estar válida na data da Sessão Pública e/ou data da convocação. Quando não constar o prazo de validade nos documentos listados, esta será considerada como sendo de 120 (cento e vinte) dias corridos contados da expedição das mesmas.

9. VISITA TÉCNICA

9.1. A visita técnica aos locais de execução para averiguações e melhor compreensão dos serviços, especificações técnicas é FACULTATIVA. A visita poderá ser realizada de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 17:00h, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis anteriores a sessão de licitação. A empresa deverá agendar previamente a visita com o Sesc em Minas, através dos contatos (31) 3279 1405/ 1472 - contatoengenharia@sescmg.com.br, para envio de e-mail, identificar no campo assunto, o objeto e o município a que se refere a solicitação.

9.2. A licitante não poderá alegar, sob qualquer pretexto, que desconhecia as condições físicas bem como o regime de trabalho do local em que os serviços contratados serão executados.

10. SESSÃO PÚBLICA

10.1. ABERTURA DO ENVELOPE 01 – PROPOSTA: a abertura dos envelopes contendo as propostas dar-se-á em Sessão Pública, na data e local designados neste Edital.

10.2. CREDENCIAMENTO - Será solicitado o credenciamento no momento de abertura do envelope de proposta da empresa participante.

10.3. ABERTURA DO ENVELOPE 02 – HABILITAÇÃO: Encerrada a fase de credenciamento, após abertura dos envelopes contendo as propostas, serão abertos os envelopes contendo a documentação de habilitação de todas as licitantes.

10.4. RUBRICA DAS PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO: o conteúdo dos envelopes será rubricado pelos membros da Comissão Especial de Licitação do Sesc em Minas e pelos representantes presentes, podendo, estes últimos, em comum acordo, designarem entre eles uma comissão representativa para este fim.

10.5. LAVRATURA DA ATA: será lavrada ata, registrando as empresas licitantes participantes e os preços das propostas apresentadas, devendo tal ata ser assinada pelos presentes.

10.6. Após a abertura dos envelopes e lavratura da Ata, a Comissão irá realizar o julgamento das propostas e habilitação, publicando o resultado no Diário Oficial da União.

11. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DA HABILITAÇÃO

11.1. A Comissão Especial de Licitação do Sesc em Minas, juntamente com as competentes áreas técnicas, verificará a conformidade de cada proposta e documentação com os requisitos do Edital e Anexos, bem como a compatibilidade com os preços correntes no mercado.

11.2. Poderão ser inabilitadas e desclassificadas as empresas participantes desta licitação que, deixarem de prestar informações complementares, quando solicitadas.

11.3. No julgamento da licitação, atendidos satisfatoriamente os requisitos referentes à Proposta de Preços, à Documentação de Habilitação e aos demais constantes deste Edital, será considerada vencedora a empresa cuja proposta resulte o menor preço.

11.4. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, a Comissão Especial de Licitação realizará sorteio entre estas, marcando a data e a hora para tal procedimento, convocando todos os participantes deste procedimento licitatório, sendo facultada a realização do sorteio na própria sessão de abertura dos envelopes.

11.5. Não serão permitidos quaisquer adendos, aditamentos ou acréscimos aos documentos e propostas depois de apresentados, salvo em função de diligências previstas neste Edital.

11.6. Caso a licitante seja desclassificada e/ou inabilitada a Comissão Especial de Licitação examinará a proposta e habilitação da licitante subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

11.7. Caso a proposta de preços seja considerada inexequível, deverá a Comissão Especial de Licitação efetuar diligência e convocar a licitante para comprovar a exequibilidade da proposta, sob pena de desclassificação.

11.7.1. A empresa poderá utilizar qualquer tipo de prova fidedigna e suficiente para demonstrar a exequibilidade do preço ofertado, a exemplo de planilhas de custos, tabelas de preços oficiais, cópia de contratos de objetos similares ao licitado com outras entidades, etc.

12. RESULTADO

12.1. Depois de efetivados todos os procedimentos internos para definição da empresa vencedora desta licitação, o resultado será publicado no Jornal Diário Oficial da União, podendo, ainda, ser disponibilizado no *síte* do Sesc em Minas.

13. RECURSOS E CONTRARRAZÕES

13.1. Serão concedidos 05 (cinco) dias úteis, após a divulgação do resultado da presente licitação no Diário Oficial da União, para a apresentação de recursos pelas licitantes, o que deverá ser por escrito, assinado pelo representante legal da empresa e entregue na Comissão Especial de Licitação do Sesc em Minas ou encaminhado via e-mail no endereço eletrônico: cplicitacao@sescmg.com.br.

13.2. A licitante que puder vir a ter sua situação efetivamente prejudicada em razão de recurso interposto poderá sobre ele se manifestar no mesmo prazo recursal, que correrá da comunicação da interposição do recurso.

13.3. Não serão aceitos, para análise, os recursos que chegarem fora do prazo previsto acima.

13.4. Os autos do processo permanecerão com vista aos interessados, na sala da Comissão Especial de Licitação, mediante agendamento prévio.

13.5. Os recursos serão julgados pela autoridade competente ou por quem esta delegar competência.

13.6. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.7. Os recursos terão efeito suspensivo.

14. HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

14.1. Após concluídos os procedimentos do certame, o processo será encaminhado para adjudicação do objeto e homologação da licitação e posterior assinatura do Contrato ou Ata de Registro de Preços.

15. CONTRATAÇÃO

15.1. Findo o procedimento licitatório, a licitante vencedora poderá ser convocada a assinar o Contrato ou a Ata de Registro de Preços, conforme o caso. A partir da convocação o prazo para retirar e/ou assinar o instrumento contratual será de até 05 (cinco) dias corridos.

15.2. O prazo de convocação para assinatura do contrato/ata, poderá ser prorrogado, quando solicitado pela parte, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Instituição.

15.3. Se a licitante vencedora não cumprir com o prazo para assinatura ou retirada do instrumento, ou recusar-se a assiná-lo ou recebê-lo, a Comissão Especial de Licitação convocará, sucessivamente, as licitantes remanescentes na ordem de classificação, até que seja declarado o novo vencedor.

15.4. Havendo fixação de obrigações preliminares à assinatura do instrumento contratual, dispostas nos Anexos deste Edital, o não cumprimento importará na convocação sucessiva das licitantes remanescentes, na ordem de classificação, até que seja declarado o novo vencedor que as atenda.

16. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. É vedado aos licitantes descumprir as normas dos editais de licitação e seus anexos, considerando-se como descumprimento, dentre outras, as seguintes condutas:

I - Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação, conluio ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo do procedimento licitatório, com o intuito de obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

II - Apresentar documentação falsa ou recusar-se, injustificadamente, a apresentar documentos que lhe sejam solicitados, dentro do prazo cabível;

III - Ensejar o retardamento da execução do objeto;

IV - Não manter a proposta apresentada.

16.2. Aos licitantes e aos contratados que incorrerem nas condutas previstas no subitem 16.1, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

I – Multa de até 25% do valor do contrato ou da licitação, quando inexistente o contrato;

II - Suspensão temporária de licitar ou contratar com o Sesc em Minas, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

III – Rescisão unilateral por inadimplemento da contratada.

16.3. A aplicação das penalidades descritas nos incisos I a III, do item 16.2, não é gradativa, de modo que a aplicação de uma penalidade mais grave independe da anterior aplicação de penalidade mais leve.

16.4. As penalidades poderão ser aplicadas individual ou cumulativamente, sem prejuízo de posterior medida judicial ou administrativa que objetive o ressarcimento dos danos sofridos pelo Sesc em Minas.

16.5. A penalidade aplicável será verificada em cada caso, a partir de ponderação que levará em conta fatores como a proporção dos prejuízos causados ao Sesc em Minas ou à competitividade e lisura da licitação, a gravidade da infração cometida, a natureza e motivação da conduta do processado, o caráter pedagógico, a observância do dever de cooperação e boa-fé, e o histórico de atuação do processado junto da instituição.

16.6. A inscrição no Cadastro de Fornecedores Suspensos de Licitar e Contratar com o Sesc em Minas – CFS implicará em:

- I – Exclusão sumária de processo licitatório em curso de que eventualmente esteja participando;
- II – Proibição de participar de processos de licitação ou contratação junto ao Sesc em Minas enquanto perdurar a suspensão aplicada;
- III – Proibição de firmar novos contratos com o Sesc em Minas enquanto perdurar a suspensão aplicada;
- IV – Possibilidade de rescisão unilateral dos contratos vigentes com a instituição.

17. DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. A apresentação dos envelopes de proposta e habilitação implica na aceitação tácita e irrestrita pela licitante de todas as condições estabelecidas no presente Edital e Anexos.

17.2. É facultada a Comissão Especial de Licitação em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

17.3. Poderão ser desclassificadas e/ou inabilitadas as empresas participantes desta licitação que, deixarem de prestar informações complementares, quando solicitadas, ou que não atenderem positivamente a diligência realizada.

17.4. É vedada a inclusão de documentos emitidos após data da sessão que deveriam constar originariamente da habilitação ou da proposta de preço.

17.4.1. A vedação à inclusão de novo documento não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.

17.4.2. Não serão aceitos protocolos de solicitação de documento ou qualquer outro documento em substituição àqueles requeridos no presente Edital.

17.5. Fica assegurado ao Sesc em Minas o direito de revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação ou anulá-la, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente.

17.6. As licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

17.7. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e no mesmo local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Comissão Especial de Licitação em contrário.

17.8. Quaisquer questões decorrentes da execução do objeto desta licitação serão resolvidas de acordo com a legislação vigente aplicável à espécie.

17.9. Nenhuma indenização será devida às empresas participantes pela elaboração e/ou apresentação de propostas e documentações relativas ao presente Edital e Anexos.

17.10. Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o do vencimento e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. Só se iniciam e vencem prazos em dia de funcionamento do Sesc em Minas.

Belo Horizonte, de de 2023

Presidente da Comissão Especial de Licitação do Sesc Minas